



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH

ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - ADEMA

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

No: 209/2014

EMPRESA/EMPREENDEDOR: NOSSA SENHORA DA VITORIA TRANSPORTE LTDA.

C.N.P.J / CPF: 03526090000147

ATIVIDADE LICENCIADA: SEDE DA EMPRESA NOSSA SENHORA DA VITÓRIA TRANSPORTE LTDA.

ENDEREÇO DO EMPREENDIMENTO/EMPREENDEDOR: RUA DR. JOSÉ ALMILCAR AZEVEDO, Nº 133, ROSA ELZE, SÃO CRISTOVÃO, SE

ESTA LICENÇA AUTORIZA A REALIZAR A IMPLANTAÇÃO, OBSERVANDO AS SEGUINTE CONDICOES:

1. Esta Licença refere-se à reforma e ampliação da sede da empresa Nossa Senhora da Vitória Transporte totalizando uma área construída de 3.090,61m² em um terreno de 8.835,00m².
2. Esta Licença deverá ser encaminhada para publicação em conformidade com a Resolução Conama n.º 06/1986, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de sua expedição, devendo em seguida ser encaminhada cópia das publicações à Adema.
3. A empresa deverá requerer a renovação da Licença de Instalação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração do prazo de validade desta licença.
4. A empresa somente poderá operar a atividade licenciada, após emissão pela Adema da respectiva Licença de Operação, que será fundamentada nas vistorias efetuadas no local.
5. Para a realização das vistorias que tratam o item anterior, a empresa deverá requerer a emissão de Licença de Operação comunicando à Adema, por escrito, a data do término das obras de reforma e ampliação do empreendimento.
6. Os despejos sanitários gerados no empreendimento serão tratados através de 02 sistemas sendo o primeiro composto por 01 Fossa Séptica e 01 Filtro Anaeróbio e 01 Digestor Anaeróbio de Fluxo Ascendente (DAFA) e 01 Filtro Anaeróbio, que deverão ser implantados totalmente independentes do sistema de drenagem das águas pluviais.
7. O efluente tratado proveniente dos sistemas de tratamento deverá ser lançado adequadamente na rede de drenagem de águas pluviais existente, através de poço de visita

(PV), conforme projeto apresentado.

8. O sistema de drenagem de águas pluviais do empreendimento deverá ser executado de forma a garantir o fluxo natural das águas e evitar o surgimento de processos físicos ativos (erosão, assoreamento, alagamento e outros).
9. Os resíduos sólidos da construção civil gerados pela execução da obra deverão ter destinação segundo a Resolução Conama n.º 307/2002.
10. Nas áreas em que houver atividades de manuseio de óleos lubrificantes, novos e usados, deverá haver piso de alta resistência e impermeável, com sistema de drenagem de efluentes oleosos interligados ao sistema.
11. O sistema de tratamento dos efluentes oleosos deverá ser constituído das unidades caixa retentora de areia e caixa separadora de água e óleo, com destinação final dos efluentes tratados para a rede de drenagem de águas pluviais.
12. A empresa deverá estabelecer ambiente exclusivo para armazenamento dos óleos queimados em conformidade com a legislação vigente.
13. Todo óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e ter destinação final na forma prevista na Resolução Conama n.º 362/2005.
14. O empreendimento deverá ser provido de rede de abastecimento de água, operada pela Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso.
15. As matérias primas de origem mineral a serem utilizadas no empreendimento deverão ter procedência de jazida devidamente licenciada no órgão ambiental competente.
16. Durante a execução das obras, o empreendedor deverá manter cópias em suas dependências das licenças das jazidas fornecedoras de matérias primas, bem como desta Licença.
17. Quaisquer alterações que venham ocorrer no momento da execução das obras, relativas ao projeto aprovado pela Adema, deverão ser apresentadas para a devida avaliação.
18. Esta Licença não exclui nem substitui outras Licenças exigidas pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal com jurisdição na área.
19. O não cumprimento das condições aqui estabelecidas implicará na aplicação das penalidades previstas na Legislação Ambiental vigente.
20. A Adema, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar a presente licença, quando ocorrer:
 - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;
 - Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;
 - Superveniência de normas técnicas e legais sobre o assunto.

A aceitação desta licença está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.adema.se.gov.br>>

Licença emitida com base na Lei Estadual Nº 5.057, de 07 de Novembro de 2003, Artigo 4º, Inciso VIII.

Emitida às 12:43:50 do dia 15/08/2014 <hora e data de Brasília>.

Conforme Processo ADEMA 2014-001776/TEC/LI-0089 e Parecer Técnico PT-12140/2014-2073

Válida até 15/12/2015

Código de controle da licença: ae07c725556dca7a850c5c200a4b1b36

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Decreto Nº 6.514/2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

Art. 66. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, atividades, obras ou serviços utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes: (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. Incorre nas mesmas multas quem:

II - deixa de atender a condicionantes estabelecidas na licença ambiental.